

**CÓPIA AUTÊNTICA DA ATA DA 569ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A**

CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

NIRE: 23300006178

Aos 08 (oito) dias do mês de agosto do ano de 2017, às 9 (nove) horas, na sala de reuniões do Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste do Brasil S.A., situada na Avenida Dr. Silas Munguba, 5.700, bloco C1-Térreo Passaré, CEP 60.743-902 – Fortaleza/CE, realizou-se **reunião ordinária** do Conselho de Administração, sob a Presidência do Sr. Ricardo Soriano de Alencar e com as presenças dos Conselheiros Sr. Alan Gutierri Brasileiro de Sousa, Sr. Jeferson Luis Bittencourt, Sr. José Lucenildo Parente Pimentel, Sr. Júlio Alexandre Menezes da Silva e Sr. Marcos Costa Holanda, tendo como secretário “*ad hoc*” o Sr. Henrique Jorge Tinôco de Aguiar, Chefe do Gabinete da Presidência. Contou, ainda, com a presença da Sra. Maria Teresa Pereira Lima, Presidente do Conselho Fiscal, e dos Srs. Manuel dos Anjos Marques Teixeira, José Mario Vale, Carlos Henrique Soares Nuto e Frederico Schettini Batista, membros do Conselho Fiscal do Banco; Sr. Eduardo Wellichen e Sra. Marília do Nascimento Soares, representantes da Ernst & Young Auditores Independentes, empresa de Auditoria Externa do Banco; Sr. Manoel das Neves, presidente do Comitê de Auditoria; Sr. Cleber Santiago, membro do Comitê de Auditoria, e Sr. José Wilkie Almeida Vieira, membro suplente em exercício da titularidade do Comitê de Auditoria. Demais presenças: Sr. Cláudio Luiz Freire Lima, Diretor de Controle e Risco em exercício; Sr. Perpétuo Socorro Cajazeiras, Diretor de Planejamento; Sra. Cibele Maria Gaspar Fernandes, Superintendente de Estratégia e Organização; Sr. Haroldo Maia Júnior, Superintendente de Auditoria; Sr. Isael Bernardo de Oliveira, Superintendente Jurídico; Sr. José Alan Teixeira da Rocha, Superintendente de Controle Financeiro; e Sra. Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros, Gerente do Ambiente de Contabilidade. Constatada a existência de *quorum* para deliberação, declarou-se iniciada a reunião, passando o Conselho a examinar as seguintes matérias: **(1) Proposta de Ação Administrativa 2017/955-020 - Relatório de Administração referente ao 1º semestre de 2017.** A Superintendente Cibele Gaspar iniciou a apresentação do Relatório de Administração do 1º Semestre de 2017, que contém as informações, complementares ao Balanço Semestral, dos resultados alcançados pelo Banco do Nordeste no primeiro semestre de 2017. O Relatório de Administração foi desenvolvido em observância ao modelo internacional proposto pelo International Integrated Reporting Council (IIRC) para o relato integrado. A geração de valor proposta pelo IIRC diz respeito ao processo que resulta em acréscimos, decréscimos ou transformações nos capitais, ocasionados pelas atividades empresariais e pelos produtos da organização. No caso do Banco do Nordeste, representa os resultados e impactos das atividades do Banco – o que ele gera e entrega à sociedade e aos seus stakeholders (partes interessadas) ao longo do tempo. No Relatório de Administração do primeiro semestre de 2017, o Banco do Nordeste reporta a contratação de 2,4 milhões de operações, injetando R\$ 11,2 bilhões na economia nordestina, o que corresponde a crescimento de 3,6% em relação ao primeiro semestre de 2016. Esse montante atendeu, prioritariamente, investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, no valor de R\$ 6,7 bilhões referentes a operações de longo prazo, representando cerca de 60% do valor total das operações contratadas. R\$ 4,85 bilhões financiaram o microempreendedor urbano e rural com créditos de curto e longo prazo, por meio dos maiores programas de microcrédito da América Latina - o Crediamigo e o Agroamigo. Tratam-se de instrumentos importantes para redução de desigualdades e constituem porta de saída da pobreza. Ainda, o Banco recuperou R\$ 2,6 bilhões de créditos inadimplidos, valor 237,88% superior ao recuperado no primeiro semestre de 2016. Foram mais de 100 mil operações regularizadas, a maioria decorrente dos benefícios da Lei 13.340/16, que permite a renegociação de dívidas rurais. Em resumo, o Banco do Nordeste prioriza programas e projetos de investimentos que proporcionem retornos sociais e privados que gerem externalidades positivas para a sociedade e que atendam aos objetivos de redução das desigualdades regionais e do desenvolvimento sustentável para a Região. O Conselho de Administração aprovou o Relatório de Administração do 1º Semestre de 2017. **(2) Proposta de**

**Ação Administrativa 2017/621-015 de 21/07/2017 - Demonstrações Financeiras do 1º semestre de 2017, Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, Informação sobre a Participação dos Empregados no Lucro, Proposta de pagamento de Juros sobre o Capital Próprio imputados ao Dividendo Antecipado, Estudo Técnico para Créditos Tributários e Projeção de receitas e despesas para o período de 2017 a 2026.** O Superintendente de Controle Financeiro, Sr. José Alan Teixeira da Rocha, apresentou as demonstrações financeiras do Banco e do FNE e o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, referentes ao primeiro semestre de 2017. Iniciou a exposição apresentando a demonstração de resultado do BNB do primeiro semestre de 2017, cujo lucro líquido importou em R\$ 298,0 milhões, montante 32,1% superior ao apresentado no mesmo período de 2016 (R\$ 225,6 milhões). A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio no 1º Semestre de 2017 foi de 18,3%, contra 15,9% no 1º Semestre de 2016. Explicou o resultado do primeiro semestre de 2017 comentando os principais itens: (a) Margem de Intermediação Financeira, (b) Resultado do Risco de Crédito, (c) Receitas de Prestação de Serviços, (d) Despesas de Pessoal, (e) Outras Despesas Administrativas e (f) Resultado de Impostos (IR/CSLL). A despeito da redução da **Margem de Intermediação Financeira**, destacou: (i) o acréscimo nas receitas decorrentes de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários; e (ii) incremento nas relações interfinanceiras, por conta, principalmente, da mudança de critério nos recolhimentos compulsórios dos valores da poupança pelo Banco Central. Em relação ao **Resultado do Risco de Crédito** (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), houve aumento nas despesas com provisionamento de crédito no volume de R\$ 35,1 milhões, cujo resultado também reflete o efeito da Lei nº 13.340/2016, que gerou reversões de provisões de crédito no primeiro semestre de 2017, no volume de R\$ 4,6 milhões (sem efeitos no primeiro semestre de 2016). O volume de **Receitas de Prestação de Serviços** (inclusive Rendas de Tarifas Bancárias) foi de R\$ 1.189,3 milhões, contra R\$ 1.102,4 milhões no primeiro semestre de 2016, representando incremento de R\$ 86,9 milhões, em grande parte, pelos acréscimos: (i) na taxa de administração do FNE em R\$ 57,0 milhões; (ii) nas rendas de outros serviços em R\$ 13,0 milhões; e (iii) na remuneração do PRONAF-FNE em R\$ 7,2 milhões. As **Despesas de Pessoal**, consideradas no seu volume total, geraram elevação de 6,9%, comparando-se o primeiro semestre de 2017 com o mesmo período de 2016, basicamente, pelo reajuste de 8,0% referente ao acordo salarial com data-base em setembro de 2016. Comentou que as **Outras Despesas Administrativas** registraram uma elevação de 11,7%, em relação ao 1º semestre de 2016, com destaque nas despesas de Serviços de Terceiros (R\$ 34,5 milhões), de serviços de Sistemas de Informação – Manutenção e Direito de Uso (R\$ 11,5 milhões) e de Propaganda, Publicidade e Publicações (R\$ 6,4 milhões). Sobre **Outras Receitas/Despesas Operacionais** comentou: (i) aumento nas receitas de del-credere e nas rendas de recuperação de valores honrados pelo Banco junto ao FNE, essa última oriunda das liquidações e renegociações de dívidas de crédito rural previstas na Lei nº 13.340/2016; (ii) decréscimo nas despesas com o passivo contingente do FNE que chegaram a um total de R\$ 391,8 milhões (R\$ 428,8 milhões no primeiro semestre de 2016), motivado por renegociações de dívidas, redução da carteira de crédito e, também, pela aplicação da Lei nº 13.340/2016, que registrou reversões de provisões de crédito no primeiro semestre de 2017 no volume de R\$ 102,6 milhões (sem efeitos no primeiro semestre de 2016); e (iii) Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal - saldo de despesas com remuneração no valor de R\$ 45,2 milhões no final do primeiro semestre de 2017 (juros remuneratórios de competência desse semestre e referente ao complemento do exercício de 2016). O **resultado de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** registrou valor positivo de R\$ 30,5 milhões no final do primeiro semestre de 2017, contra R\$ 96,3 milhões negativos no mesmo período de 2016, notadamente pelo aumento de perdas de operações de crédito oriundas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), para fins fiscais da Lei nº 9.430/96. Destacou, em seguida, que os **Ativos Globais** do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de 9,3% em relação a Dezembro de 2016, principalmente, pelo conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos

e valores mobiliários (inclusive os recursos disponíveis do FNE), incorporação de receitas aos ativos e retenção de resultados e lucros no período. No primeiro semestre de 2017, os saldos totais de **Ativos do FNE** cresceram 5,5% em relação ao final de 2016, por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. O **Patrimônio Líquido do BNB** em junho de 2017 totalizou R\$ 3.288,5 milhões, apresentando uma redução de 2,2% em relação a Dezembro de 2016 (R\$ 3.362,5 milhões), em função do resultado do semestre e perdas atuariais líquidas registradas em ajustes de avaliação patrimonial. Em explicação, destacou o acréscimo de R\$ 324,7 milhões no item Provisão para pagamento a efetuar – Benefícios a Empregados, decorrente dessas perdas atuariais líquidas, tendo em vista a redução nas taxas de desconto dos planos, a saber: (i) ajuste no cálculo das pensões e aumento no valor dos benefícios médios nos planos de previdência; (ii) ajuste na metodologia de cálculo da taxa de administração, bem como elevação nos custos assistenciais do Plano Natural da CAMED; e (iii) Seguro de Vida com aumento das indenizações (ora contabilizado com base na Resolução nº 4.424/2015, do CMN que recepcionou o CPC 33/R1). Mencionou que o Índice de Basileia Amplo (considerando o RBAN) no primeiro semestre de 2017 resultou em 15,4%, frente a uma exigência de 9,250%, e os índices de Capital Principal e de Nível I apresentaram, ambos, um índice de 10,0%, frente às exigências de 4,5% e 6,0%, respectivamente. Citou, também, o cumprimento da exigência do Adicional de Capital Principal (ACP) de 1,25%, ficando o Banco do Nordeste com uma margem de Patrimônio de Referência (PR) de R\$ 1,1 bilhão após cumpridas todas essas exigibilidades. Em seguida o Sr. Alan Teixeira apresentou a proposta sobre a **participação dos empregados no lucro**. Acerca desse item, foi proposto o provisionamento do valor de R\$ 17.308.322,29, equivalente a 5,81% do lucro líquido do semestre e 25,0% dos Juros sobre o Capital Próprio imputados ao Dividendo Antecipado, conforme legislação em vigor e a proposta do Programa PLR 2017, que encontra-se em análise pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). O Sr. Alan Teixeira apresentou a proposta de pagamento de **Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados ao Dividendo Antecipado** na proporção de R\$ 0,801575960 por ação ordinária, perfazendo um montante bruto de R\$ 69.233.289,16 para distribuição aos acionistas, correspondente a 25,08% sobre o lucro líquido ajustado do semestre, sendo R\$ 69.020.406,42 de JCP líquidos de Imposto de Renda imputados aos dividendos, que representam 25% sobre o lucro líquido. Registrou que a distribuição de JCP imputados ao Dividendo Antecipado está dentro do limite de dedutibilidade fiscal. Foi apresentado, em seguida, o **Estudo Técnico** sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos e projeção de receitas e despesas para o período de 2017 a 2026, na forma da Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002. Foi concedida a palavra à Sra Maria Teresa Pereira Lima, Presidente do Conselho Fiscal, que em nome dos demais membros manifestou-se pela aprovação das demonstrações financeiras do semestre findo em 30/06/2017, por refletirem a situação patrimonial e financeira do Banco. Em seguida a palavra foi concedida ao Sr. Eduardo Wellichen, representante da empresa de auditoria externa Ernst & Young, e ao Presidente do Comitê de Auditoria, Sr. Manoel das Neves, que se manifestaram favoráveis à aprovação das contas referentes ao primeiro semestre de 2017. O Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2017, o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, a Informação sobre a Participação dos Empregados no Lucro, o Estudo Técnico para Créditos Tributários e autorizou, de acordo com o disposto no Art. 20, inciso IX, do Estatuto Social do Banco do Nordeste, a Distribuição antecipada de Juros sobre o Capital Próprio do Semestre, conforme proposta da Diretoria Executiva, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas. **(3) Relatório do Comitê de Auditoria – 1º semestre de 2017.** O Conselho de Administração tomou conhecimento do Relatório do Comitê de Auditoria – 1º semestre de 2017. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, cuja ata, por mim, Henrique Jorge Tinôco de Aguiar, lavrada, vai assinada pelos Conselheiros presentes: Ricardo Soriano de Alencar, Alan Gutierri Brasileiro de Sousa, Jeferson Luis Bittencourt, José Lucenildo Parente Pimentel, Júlio Alexandre Menezes da Silva e Marcos

CONTINUAÇÃO DA CÓPIA AUTÊNTICA DA 569ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. REALIZADA NO DIA 08 DE AGOSTO DE 2017.

Costa Holanda. Declaro que a presente cópia está conforme o original, lavrada no competente livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração do Banco do Nordeste do Brasil S.A., de nº 07, às fls. 54 a 57. Confere:....., Henrique Jorge Tinôco de Aguiar, Secretário.